

Alckmin promete cumprir as metas do Acordo de Paris

Categories : [Reportagens](#)

Até sexta-feira (05), ((o))eco publicará textos sobre as propostas ambientais dos candidatos à presidência da República. Neste artigo, analisamos o programa protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as declarações públicas sobre o tema de Geraldo Alckmin, candidato do PSDB.

Se fosse preciso escolher uma palavra para definir a parte ambiental do programa de governo do candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, seria vago. O documento protocolado no Tribunal Superior Eleitoral possui apenas 15 páginas e reúne as propostas em tópicos com nenhum detalhamento.

Basicamente, o programa promete usar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referências na postura brasileira no relacionamento externo com outros países e diz que irá cumprir “com afinco” o Acordo de Paris.

O que essas duas promessas significam no plano prático fica a cargo da imaginação do eleitor. Para a Amazônia, único bioma citado no programa de governo, o candidato tucano promete que a gestão da região “receberá especial atenção” (pág. 15) e afirma que “o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são grandes ativos do Brasil”.

A última explanação sobre meio ambiente no programa de governo protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) diz que o Brasil vai crescer de forma sustentável. “Somos a principal nação do mundo para liderar a economia verde, conciliando desenvolvimento com preservação. Por isso, seremos firmes e técnicos na questão ambiental, evitando a politização e a visão de curto prazo que pautaram os debates ambientais”.

Priorizará a questão ambiental sendo “técnico” foi tudo o que o candidato não cumpriu ao escolher os mandatários da pasta ambiental do governo de São Paulo quando foi governador.

Alckmin nomeou em 2013 o advogado Ricardo Salles para o cargo de secretário de Meio Ambiente do estado. Fundador do Movimento Endireita Brasil e ex-diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira, Salles não tinha qualquer experiência na área ambiental e sua nomeação foi considerada como um loteamento político da pasta.

No começo de 2017, o secretário [foi acusado de ter alterado ilegalmente o zoneamento da proposta de plano de manejo](#) da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê. Virou réu em uma ação civil pública e deixou a secretaria alguns meses depois.

Em [debate na RedeTV](#), o candidato defendeu a retomada de grandes obras de infraestrutura na Amazônia. Em resposta a uma pergunta de Ciro Gomes, Alckmin afirmou que vai priorizar a infraestrutura: “Estou indo amanhã cedo para o Pará para ir lá na beira do rio Tapajós, lá em Itaituba, para integrar. Vamos fazer um grande canteiro de obras, de ferrovias, de hidrovias, trazendo a iniciativa privada pra investir no Brasil”.

A região dos Tapajós foi um dos palcos onde ocorreu uma das principais batalhas entre conservação e economia durante o governo Dilma. Tentando criar cinco hidrelétricas no rio Tapajós, a presidente alterou o limite de 8 unidades de conservação e fez pressão para que os índios apoiassem a criação da usina São Luiz de Tapajós. [O governo chegou a chantagear os indígenas](#), dizendo que só demarcaria a Terra Indígena Sawré Muybu, localizada na região de Itaituba, Pará, se eles apoiassem a hidrelétrica. Após a história vir a público, a presidente da Funai se demitiu.

Depois do debate, o ex-governador de São Paulo esteve em Santarém. Lá, afirmou que pretende asfaltar a Transamazônica.

Biomass terrestres e marinhos

“Em resposta a uma pergunta de Ciro Gomes, Alckmin afirmou que vai priorizar a infraestrutura: “Estou indo amanhã cedo para o Pará para ir lá na beira do rio Tapajós, lá em Itaituba, para integrar. Vamos fazer um grande canteiro de obras, de ferrovias, de hidrovias, trazendo a iniciativa privada pra investir no Brasil”

Já apontamos tudo o que o programa de governo protocolado no TSE diz sobre a área ambiental, o que não é muita coisa, mas o candidato apresentou um programa mais completo no seu site oficial. Ao invés de 15 páginas, o programa salta para 51 (contando a capa e contracapa), sendo [4 páginas dedicadas ao meio ambiente](#).

Mesmo nesse documento mais robusto, Pampa, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal não são mencionados, o que torna uma surpresa positiva o programa expandido dedicar pelo menos três propostas para a área marinha.

A primeira proposta versa sobre “assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, que provê o arcabouço legal para a conservação e a utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos (conforme exposto no [Unclos - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar](#))” e “Fortalecer o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro” e, por fim, o “Programa Nacional para a Conservação da Linha de Costa, para garantir a preservação e o uso sustentável dos ambientes costeiros e marinhos”.

Dividindo a chapa com a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), conhecida por seus posicionamentos pró-agronegócio, -- e que até propôs liberar o plantio de espécies não nativas nas reservas legais --, Geraldo Alckmin até apresenta propostas interessantes para a área ambiental, mas demonstra que se houver disputa entre um ponto sobre agropecuária do seu programa e um ponto ambiental, ganha o lado agro e a proteção da natureza fica em segundo lugar.

Isso fica explícito no discurso de abertura do capítulo de meio ambiente, onde o documento defende o “direcionamento da **expansão da fronteira agrícola para as áreas de elevado potencial produtivo**” ([pág. 2](#)), “evitando danos ambientais desnecessários”. Essa proposta casa com outra, encontrada lá na página 4, que diz que pretende “incentivar a restauração ecológica ou **para fins econômicos em áreas degradadas e de baixa aptidão agrícola** por meio de planos plurianuais de investimento e ação, além da integração com as ações já em curso”.

Embora vaga, a proposta ambiental de Geraldo Alckmin acena, se não para a reformulação, ao menos para o fortalecimento do que já está sendo feito, como implementar o “Plano Estratégico para Biodiversidade” e fortalecer o “Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) com atenção especial para a superação das deficiências dos órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente”.

Agrotóxicos

Em seu programa expandido, Alckmin coloca como meta “Alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos para reduzir significativamente a liberação no ar, na água e no solo, além de minimizar os impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente”. Aqui, vale apontar uma incoerência.

O candidato do PSDB é a favor do projeto que muda a lei dos agrotóxicos e centraliza o poder de registro de novas substâncias no Ministério da Agricultura. Atualmente, essa responsabilidade é compartilhada com Ibama e Anvisa. O PL também substituiu a palavra "agrotóxico" por "defensivos fitossanitários", termo considerado pelo relator do projeto, o deputado Luiz Nishimori (PR-PR), como “menos depreciativo”.

Como reduzir significativamente a liberação de produtos químicos no meio ambiente e, ao mesmo tempo, retirar órgãos de controle do processo de liberação de novos produtos químicos? ainda não há como saber.

Saiba Mais

[Programa de Governo - Geraldo Alckmin](#)

[Programa de Governo expandido - Geraldo Alckmin](#)

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/reportagens/haddad-promete-transicao-ecologica-em-programa/>

<https://www.oeco.org.br/reportagens/bolsonaro-defende-o-fim-do-ministerio-do-meio-ambiente/>

<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/alckmin-elogia-projeto-que-muda-lei-de-agrotoxicos-e-compara-com-remedios/>